

A IDENTIDADE INDIVIDUAL E NACIONAL

Lindomar Teixeira Luiz
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Recebido em: 21/05/2002

Aceito em: 06/06/2004

RESUMO: Pretendemos, neste artigo, conceituar e discutir a questão da identidade a partir de dois itinerários: a identidade individual e a identidade nacional. A primeira é pensada à luz do universo da vida cotidiana, através de grupos de referência (pequenos grupos) e de algumas teorias que subsidiarão nossa reflexão. Ademais, refletiremos sobre as possibilidades da existência da chamada crise de identidade. Concernente à segunda, a identidade nacional, a discussão é similar à primeira, isto é, nos fundamentaremos em alguns referenciais teóricos e, em seguida, faremos uma discussão sobre a questão da crise de identidade a partir da identidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: identidade individual; identidade nacional; crise de identidade.

THE INDIVIDUAL AND NATIONAL IDENTITY

ABSTRACT: We intend, on this article, define and discuss the matter of identity from two itineraries: the individual identity and national identity. The first one is thought at the light of universe of quotidian life through reference groups (small groups) and some theories that will subsidize our reflection.

Besides, we will reflect about the possibilities of existence named identity crisis. Concerning to the second, the national identity, the discussion is similar to the first one, that is, we will base upon some theoretical references and, afterwards, we will discuss the matter of identity crisis from the national identity.

KEY WORDS: individual identity; national identity; identity crisis.

1 IDENTIDADE INDIVIDUAL E CRISE

Todo ser humano constrói, a partir da sua biografia, a identidade individual. Tal identidade está intrinsecamente articulada à sociedade, bem como às complexas e dinâmicas relações sociais do indivíduo com a sua cultura. Biografia, relações sociais e cultura, delineiam o intrincado processo de construção da identidade do indivíduo. Mais precisamente a construção da identidade ocorre no seio dos grupos de referência, sendo a família o primeiro e principal grupo em que se constrói a identidade. Após a família, há uma série de outros grupos que contribuem de forma significativa para que ocorra tal processo: grupos de amigos, parentes, vizinhos etc.

O que é a identidade individual? Quando o indivíduo, paulatinamente, passa a se *reconhecer*, ele está concomitantemente se identificando. Nesse sentido, identidade tem a ver com o auto conhecimento, pré-reflexivo, acerca de diversos aspectos inerentes à sua personalidade: valores, comportamentos, gostos, méritos etc.

Tal processo só poderá ocorrer através das relações sociais, isto é, o “eu” é acessível ao sujeito somente quando este entra em contato com o outro, ressaltando assim a importância dos grupos de referência: eles irão dizer ao indivíduo sobre os seus atributos. Em outras palavras: o grupo de referência fornece ao “eu” uma identidade. Há um outro elemento que compõe a identidade: atributos comuns. Neste sentido, cada grupo social o qual o sujeito cria uma identidade possui um conjunto de atributos semelhantes. Por exemplo: no grupo familiar, os irmãos possuem uma história de vida em comum, comungam de alguns valores, seus parentes são os mesmos. Em suma, há um conjunto de

* Correspondência:
E-mail: lindomar@fai.com.br

elementos comuns que fazem com que os irmãos se *reconheçam*. Há similitudes com relação ao grupo de amigos, pois todos os membros de determinado grupo possuem algo em comum: interesses, visões de mundo etc. Por exemplo, em um grupo de adolescentes, o que tem em comum? Várias coisas: idade, dependência dos pais, visões de mundo, gostos etc. Portanto, há fundamentalmente dois elementos que compõem a identidade: o reconhecimento e a existência de atributos comuns.

Se cada grupo possui um conjunto de elementos comuns, poderíamos afirmar que há mais de *uma* identidade e, sendo assim, não há divergências entre elas? Além disso, a multiplicidade de identidades não problematiza a construção de *uma* identidade: a identidade individual.

Para que não haja divergências entre diferentes identidades, os grupos em que o sujeito participa devem possuir *atributos comuns*, não necessariamente idênticos. Um exemplo: o grupo familiar e o grupo de amigos possuem diferenças, porém há aspectos comuns entre ambos: tanto um como outro possuem uma religiosidade, comungam de valores morais, podem viver realidades sócio-econômicas semelhantes etc. Existe um outro fator que faz com que as diferenças entre os grupos não sejam obstáculos para a construção de *uma* identidade: a forma como o indivíduo se comporta. O indivíduo ao se relacionar com certos grupos, o faz de *determinada forma*: sério, alegre, extrovertido, tímido etc, ou seja, ele se “apresenta” de um modo tal que o grupo passa a se relacionar com ele de acordo com a *forma* com que se relaciona com o grupo. É sob esta ótica que Sartre diz que o sujeito se constrói e é responsável por si, nas palavras de Giles (1975, p. 309) sobre a referida idéia de Sartre:

“O existencialista, quando descreve um covarde, diz que este covarde é responsável pela sua covardia. Não é ele covarde por ter um coração, pulmões ou um cérebro covardes, não é a partir de uma organização fisiológica, mas sim, porque se construiu como um covarde pelos seus atos. (...)” “O que diz o existencialista é que o covarde se faz covarde se faz covarde, que o herói se faz herói.”

É claro que tais relacionamentos não ocorrem de forma mecânica, podendo ter conseqüências nada imagináveis para o grupo e para o indivíduo. Portanto, se o indivíduo vivencia em vários grupos, em cada um deles por mais que o indivíduo seja *um pouco diferente*, ele se comporta sempre de forma muito parecida. Possivelmente, a somatória de relacionamentos em vários grupos ajude o sujeito a reforçar tais atitudes e comportamentos, isto é, quando o sujeito se relaciona em vários grupos e em cada grupo ele tem uma identidade, é possível que tais identidades se transformem apenas em uma: a identidade individual. Nas palavras de Rouanet (2000):

“Pertencemos a várias comunidades simultâneas, de caráter geográfico, social, de gênero, de faixa etária, todas se entrelaçando... Adquirimos com isso uma identidade nacional, outra de classe, outra ocupacional, outra cultural, outra religiosa, e chegamos em casos ideais a uma personalidade que representa um equilíbrio negociado entre todas elas.”

Ocorre que, nem sempre é possível haver uma construção *harmoniosa* da identidade - como citamos acima - podendo eclodir crises. Nesse sentido, quando grupos comungam de realidades - tanto sócio-econômicas quanto simbólicas - totalmente diferentes, o sujeito pode vivenciar uma crise de identidade, isto ocorre à medida que há rupturas profundas de determinadas realidades vivenciadas. Um sujeito, por exemplo, que foi socializado num espaço onde os valores são rigorosos e tradicionais (como em certos grupos rurais), pode sofrer uma crise de identidade se passar a conviver com pessoas que comungam de valores mais liberais e vanguardistas. Da mesma forma, crianças oriundas de segmentos menos favorecidos (e, por conseguinte, vivem outras realidades), quando ingressam no universo escolar, podem estranhá-lo, trazendo-lhes desconforto no instante em que há uma descontinuidade entre *sua* realidade e a da escola. Tal *estranhamento* tem a ver com a identidade: no seu cotidiano de origem tal criança se reconhece de um modo bastante diferente do que aquele vivenciado pela escola.

Ainda com relação à crise de identidade, é perceptível a sua existência na própria biografia do indivíduo. Como? Para viabilizar nossas reflexões utilizaremos a teoria do papel social de Berger (1973). O papel, segundo o referido autor, tem a ver com condutas, sentimentos e idéias padronizadas quando se executa determinada atividade: um soldado, por exemplo, não somente age como tal, mas pensa e sente conforme a atividade à qual desenvolve, ou melhor, se comporta conforme o papel social o qual exerce. Há também uma expectativa da outra pessoa em relação àquela que executa o papel: sempre se espera que em determinado papel o sujeito efetue algo de modo padronizado. Nas palavras de

Berger (1973, p.111) : “ *O papel da forma e constrói tanto a ação quanto o ator. É difícilimo fingir neste mundo. Normalmente, uma pessoa incorpora o papel que desempenha*”

Todo papel social, segundo Berger, exercido por alguém contribui para se construir uma identidade. O próprio indivíduo ao exercer um papel social não somente se comporta ou age para o outro, ele também o faz para si mesmo. O que acontece quando o sujeito não consegue exercer o papel social de acordo com a sua padronização? O sujeito vive uma situação de indecisão: não sabe precisamente como agir na situação, ou seja, vive-se um dilema: se faz de acordo com o papel social ou como gostaria?. É claro que, na maior parte das vezes, não há a consciência que o desconforto vem da execução do papel social. Quando o sujeito exerce um papel social por muito tempo, a possibilidade de indecisão ou crise é muito remota. Se um determinado enfermeiro, por exemplo, exerce esta atividade por muito tempo, provavelmente os atributos do papel social passem a fazer parte da própria identidade do enfermeiro, assim não há crise ou indecisão na execução do papel: ele pensa, age e sente como um enfermeiro.

Paradoxalmente nem todo o papel social exercido por muito tempo consegue ganhar a totalidade da identidade do sujeito, podendo ocorrer o seguinte: o sujeito possui uma determinada personalidade que pode não estar em sintonia com o papel social o qual se exerce. Deste modo, pode eclodir uma crise, possivelmente implícita, causando um desconforto para o sujeito. Como? Imaginamos, por exemplo, uma pessoa altamente generosa desempenhando um papel de coronel numa rigorosa corporação militar. Pode até ser que tal indivíduo generoso exerça o papel de autoritário, porém é muito pouco provável que ele se sinta bem, o que resultará numa crise de identidade à medida que os atributos do papel social não estão em sintonia com a maneira de ser do sujeito.

2 IDENTIDADE NACIONAL E CRISE

Afirmamos anteriormente que a identidade possui dois elementos importantes: atributos comuns e reconhecimento do próprio indivíduo. Com relação à identidade nacional, é correto afirmar que há reconhecimento e atributos comuns, como na identidade individual?

Segundo Ortiz (1994, p.137) a questão da identidade nacional vem sendo refletida por diversos intelectuais, em que cada um procura defini-la sob diferentes perspectivas. Nas suas palavras: “...*Sérgio B de Holanda buscou as raízes do brasileiro na “cordialidade”, Paulo Prado na “tristeza”, Cassiano Ricardo na “bondade”; outros escritores procuraram encontrar a brasilidade em eventos sociais como o carnaval ou ainda na índole malandra do ser nacional (...)*”

Ademais, Ortiz (1994, p.137) comenta que Roland Corbisier critica os autores acima citados, por conceberem a identidade nacional como algo imutável, isto é: “*Para Corbisier, a procura de uma estrutura ontológica do homem brasileiro seria na verdade a busca de uma “estrutura física” que se rearranjará e se modificaria no decorrer das diferentes “fases” da história brasileira(...)*”.

Diferentemente dos autores citados, Ortiz não procura definir a identidade nacional, efetuando uma reflexão de caráter epistemológico e político. A primeira é percebida quando questiona a veracidade das definições acerca da identidade nacional, ou seja, questiona, por exemplo, se o povo brasileiro (todos os membros de uma nação) é “generoso” ou “triste” etc., ou será que os adjetivos destas definições são construções de natureza ideológica, isto é, não se sustentam empiricamente, mas tão-somente no universo do discurso. A segunda parte da reflexão é de caráter político: a quem interessa construir um discurso acerca da identidade nacional? Portanto, ao invés de centrar a análise nos conteúdos da possível identidade nacional, faz uma reflexão mais acurada das intenções políticas e ideológicas subjacentes na questão da identidade nacional. Assim, segundo o autor, a identidade nacional é fruto de uma construção intelectual, sendo esta condicionada, seja por instituições (Estado), seja por grupos dominantes que têm interesses políticos e econômicos com a idéia acerca da identidade nacional. Por exemplo, é de interesse para a indústria do turismo criar elementos “essencialmente” brasileiros para difundir-los no exterior.

Nesse sentido, a identidade nacional contempla o *reconhecimento e a existência de atributos comuns*, como ocorre com a identidade individual? Com relação ao reconhecimento ele pode ocorrer apenas de forma *indireta*, ou seja, o sujeito quando, por exemplo, se identifica como torcedor da seleção brasileira de futebol, ele não incursiona *diretamente* na sua biografia quando participa de uma grande torcida (o que acontece quando participa de um pequeno grupo como a sua família). É como se no *grande grupo* a relação do indivíduo, com tal grupo, não contempla uma trilha para se chegar ao “eu” (como ocorre nos pequenos grupos). Outro exemplo: se o sujeito é religioso e participa de um ritual onde há milhares de

fiéis, estes não contribuem *diretamente* para que o sujeito se reconheça. Em outras palavras: a identidade nacional contribui indiretamente no processo de reconhecimento do indivíduo, talvez tal contribuição fique mais evidente quando o sujeito não se encontra no seu país. Imaginamos um indivíduo que goste de futebol e se considere um torcedor apaixonado pela seleção brasileira; provavelmente tal esporte fez parte de sua infância e adolescência. Supomos que o referido indivíduo esteja morando nos EUA e continue acompanhando os jogos da seleção brasileira. Quando ele assiste algum jogo da referida seleção, é bem possível que evoque lembranças de sua vida no Brasil. Em outras palavras, o indivíduo pode, em certas situações, *adentrar* na sua biografia através de um grande grupo, que faz parte da identidade nacional. Se para Ortiz esta é uma construção puramente ideológica, entendemos que há situações em que a identidade nacional pode contribuir para que o sujeito se reconheça de uma forma um pouco mais indireta, se compararmos com a identidade construída em pequenos grupos.

Com relação à existência de atributos comuns inerentes à identidade nacional, faremos algumas considerações. Em nossa sociedade, a língua portuguesa é um atributo essencial para a existência da identidade nacional. Diz Rouanet (2000, p.4): *“As idéias que um povo formula derivam dos limites e possibilidades de sua gramática e portanto diferem das concepções formuladas por outro povo, regido por outras categorias gramaticais”*. Se a língua é um agente que condiciona certos atributos nacionais e, por conseguinte, a identidade nacional, tal afirmação pode ser questionada em função da vasta heterogeneidade sócio-cultural do povo brasileiro. Em outras palavras: se a língua é utilizada em todas as classes sociais, a forma e o universo simbólico de cada classe é bastante diferente. Nesse sentido, para reforçar este argumento, existem estudos, de cunho antropológico, que demonstram haver nas classes pobres um código lingüístico bastante conciso e um sistema simbólico “relacional”; ao contrário de determinados grupos sociais mais favorecidos: possuem uma riqueza lingüística maior e um sistema simbólico mais calcado no individualismo. Em suma, é muito simplista a assertiva de que nossa língua reflita e condicione, de *forma absoluta*, as nossa identidade, pois a nossas diferenças são inúmeras. Nas palavras de Oliven (1990, p.123), sobre nossa heterogeneidade:

“Quando se examina a sociedade brasileira, constata-se que ela é altamente diferenciada e multifacetada. Trata-se de uma sociedade pluricultural, plurinacional e multi-étnica. Convivem num mesmo espaço geográfico índios, camponeses, bóias-frias, assalariados rurais, migrantes operários, assalariados urbanos, trabalhadores do setor informal, classes médias, industriais, fazendeiros etc. Além disso, como sabemos, o Brasil é composto por etnias diferentes.”

Há um outro questionamento acerca dos atributos comuns da nossa identidade nacional: aquilo que é tido como nacional é apenas uma representação simbólica (samba, futebol, carnaval etc.) que emana de uma especificidade de um grupo e por força das instituições e do Estado, transformaram-se em algo que ajuda a construir a identidade nacional: Diz Oliven (1990, p.130): *“(...) o que parece caracterizar o Brasil é justamente o fato de ser uma sociedade de imensas diferenças sociais e econômicas, na qual se verifica uma tendência de transformar manifestações culturais em símbolos de coesão social, que são manipulados como forma de identidade nacional”*

Também é nesse sentido que Ortiz encaminha a sua reflexão quando afirma que a questão da identidade nacional passa por questões ideológicas e não tem evidências concretas.

É possível que haja crise de identidade relacionada à identidade nacional? Para alguns autores a resposta é positiva e as causas, entre outras, estariam relacionadas ao processo de globalização. Como? Veremos a seguir.

Como se sabe, o atual processo de globalização tende a integrar muitos países sob vários pontos de vista, inclusive o cultural. Evidentemente, a referida integração é inerente ao próprio processo de formação do capitalismo. Porém, há peculiaridades no atual processo de globalização, uma delas é a desterritorialização. Antes do atual processo de globalização existia uma territorialidade, que restringia e evidenciava as especificidades em termos de relações de produção, produção e, sobretudo, em termos culturais. Diz Ortiz (1997, p. 271): *“No meu entender a globalização das sociedades e a mundialização da cultura rompe com esta integridade espacial, tornando cada vez mais difíceis discernir os limites de cada povo ou cultura. A desterritorialização promove uma diluição das fronteiras”*

Desta forma, com a desterritorialização, há intensas trocas culturais entre grupos que vivem em países diferentes, mas estão próximos do ponto de vista cultural. Com as inovações tecnológicas (principalmente com a internet), o contato entre pessoas, grupos e instituições está muito mais acessível; além disso, sabe-se que em função de modifica-

ções no processo produtivo - com a globalização - e do aumento da concentração da riqueza, há uma intensa imigração para países mais ricos, acarretando, com isto, uma intensa difusão cultural. Assim, há uma intensa mundialização da cultura, isto é, costumes, valores, linguagem etc, de grupos que existiam apenas nos limites de fronteiras entre países, agora se desterritorializaram, não mais reforçando a cultura e identidade nacional. Temos, nesse sentido, exemplos: há duplas sertanejas no Japão; escolas de samba na Holanda; há grupos italianos que “jogam capoeira”; existem ídolos mundiais; lojas, como os shopping centers, estão espalhadas em diversos países etc. Neste sentido, fala-se que há uma crise de identidade nacional à medida que não há mais o monopólio da cultura nacional:

“A cultura nacional, que até então detinha o monopólio de definição do sentido da vida coletiva, encontra-se desafiada por uma dimensão que se forja fora de seu alcance. Muito da crise de identidade das sociedades contemporâneas decorre deste fato” “As identidades nacionais são abaladas por movimentos de globalização”
(ORTIZ, 1997, p.274)

Concordamos parcialmente com o referido argumento, pois há duas situações diferentes que devem ser pensadas: os grupos de imigrantes que vivem em um outro país e aqueles que ainda permanecem em seu país de origem, porém, se identificam com grupos não nacionais. No primeiro caso é perfeitamente possível que haja uma crise de identidade, isto ocorre no instante que há uma ruptura de sistemas simbólicos: um cidadão brasileiro se passar a morar nos EUA perceberá que os americanos são diferentes dos brasileiros, podendo ter problemas. Um outro exemplo vem dos dekasseguis que vivem no Japão. Enquanto no Brasil eles se reconhecem como brasileiros, mesmo muitas vezes sendo chamados de “japoneses”, no Japão não identificam com os japoneses e têm dificuldades de se identificarem como brasileiros.

No segundo caso – o de grupos que permanecem no país – é mais improvável existir uma crise de identidade em função de não haver ruptura de realidades materiais e simbólicas. O sujeito que se identifica, por exemplo, com grupos que possuem uma determinada ideologia, apenas irá sobrepor tal identidade à identidade nacional, que ainda é bastante acentuada por alguns fatores: há uma força simbólica dos meios de comunicação de massas, principalmente através da televisão (que ainda continua o meio de comunicação mais acessível a grande maioria da população) que ajuda a construir a idéia de que existem elementos essencialmente nacionais (mesmo num plano ideológico); juntamente como ele, o Estado ainda exerce um peso neste processo: com o sistema jurídico, com o sistema escolar e suas instituições e, sem dúvida, com a existência de uma língua oficial.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**. RJ: Vozes, 1973.

CASTTELS, Manuel. **O Poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 2000.

COELHO, Teixeira. **O Que é Indústria Cultural**. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CIRO, Marcondes. **Televisão - A Vida Pelo Vídeo**. 9ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GILES, Thomas Ranson. **História do Existencialismo e da Fenomenologia**. AP: EPU – Edusp, 1975. p. 309

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. SP: Brasiliense, 1994,

_____. Mundialização, Cultura e Política in: **Desafios da globalização**. RJ: Vozes, 1997. p. 271

ROUANET, Sérgio Paulo. **Saudades de Roma**. Caderno *E Mais* Folha de S. Paulo Fevereiro de 2000.

